

## **Exercícios de Revisão**

### **1. EXERCÍCIOS SEM RESOLUÇÃO**

#### **01. 2013 CESPE TRT-10 – Analista Judiciário**

O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

#### **02. 2010 CESPE TCE-BA – Procurador**

O princípio constitucional que estabelece a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais representou um avanço na proteção social do trabalhador rural, que, até a CF, era mais restrita quando comparada à do trabalhador urbano.

#### **03. 2008 CESPE SEBRAE-BA – Analista Técnico - Auditoria**

Seguridade social é gênero que engloba Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

#### **04. 2008 CESPE DPE-CE – Defensor Público**

Não há limite mínimo de idade para inscrição no RGPS, considerando-se a necessária proteção ao trabalhador, em especial a universalidade do atendimento.

### **05. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1934 inovou a ordem constitucional brasileira no que se refere à fonte do custeio previdenciário, que passou a ser tríplice, provinda de contribuições do Estado, do trabalhador e do empregador.

### **06. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir.

Embora a Lei Eloy Chaves, de 1923, seja considerada, na doutrina majoritária, o marco da previdência social no Brasil, apenas em 1960, com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, houve a uniformização do regramento de concessão dos benefícios pelos diversos institutos de aposentadoria e pensão então existentes.

### **07. 2014 CESPE TC-DF – Analista de Administração Pública**

Com relação à origem, à evolução legislativa, aos princípios constitucionais e à organização da seguridade social no Brasil, julgue o próximo item.

A seguridade social rege-se pelo princípio constitucional da solidariedade, segundo o qual nenhum benefício poderá ser criado sem a correspondente fonte de custeio total.

### **08. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

As fontes formais do direito previdenciário incluem a CF e as Leis n.º 8.212/1991 e n.º 8.213/1991.

### **09. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

O direito previdenciário é classificado como ramo do direito privado, tendo reconhecida, pela doutrina majoritária, sua autonomia didática em relação a outros ramos do direito.

### **10. 2011 CESPE PREVIC – Especialista em Previdência Complementar**

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos à luz da Constituição Federal de 1988 (CF).

Segundo a CF, compete privativamente à União legislar sobre previdência social.

### **11. 2015 CESPE DPU – Defensor Público**

Em relação aos segurados do RGPS e seus dependentes, julgue o item subsecutivo.

Aquele que, como contrapartida pelo desempenho das atividades de síndico do condomínio edilício onde reside, seja dispensado do pagamento da taxa condominial, sem receber qualquer outro tipo de remuneração, enquadra-se como segurado facultativo do RGPS.

## **12. 2014 CESPE TC-DF – Auditor de Controle Externo**

No que se refere ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens seguintes.

## **13. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Julgue o próximo item, referente ao custeio da seguridade social.

A contribuição social destinada ao financiamento da seguridade social a cargo do empregador incide sobre a folha de salários e sobre os demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física que lhe preste serviço, ainda que sem vínculo empregatício.

## **14. 2013 CESPE TCE-RO – Auditor de Controle Externo**

Com relação à inscrição e à filiação no RGPS, julgue os itens seguintes.

A inscrição do segurado trabalhador avulso no RGPS ocorre pelo cadastramento e registro no sindicato ou órgão gestor de mão de obra.

## **15. 2013 CESPE DPE-DF – Defensor Público**

Acerca do RGPS, julgue os itens a seguir.

Aquele que exerça, concomitantemente, duas atividades remuneradas sujeitas ao RGPS é obrigatoriamente filiado ao referido regime em relação a cada uma delas.

## **16. 2015 CESPE DPU – Defensor Público**

A respeito dos benefícios e serviços do RGPS, julgue o próximo item.

Para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e

médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição, quando se tratar de aposentadoria por idade, serão reduzidos em cinco anos.

### **17. 2013 CESPE DPE-DF – Defensor Público**

Acerca do RGPS, julgue o item a seguir.

É presumida a dependência econômica do filho com mais de dezoito anos e menos de vinte e um anos de idade em relação ao segurado da previdência social, não sendo necessária a comprovação dessa dependência para que ele se torne beneficiário do RGPS na condição de dependente do segurado.

### **18. 2014 CESPE PF – Assistente Social**

Acerca da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença previdenciário, julgue os itens subsecutivos.

Não é permitida concessão de aposentadoria por invalidez, em nenhuma hipótese, caso a doença tenha sido originada anteriormente à filiação na previdência social.

### **19. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

A respeito do auxílio-doença e do salário-maternidade, julgue:

O salário-maternidade deverá ser concedido, pelo período de noventa dias, ao segurado ou à segurada da previdência social que adotar uma criança com até um ano de idade.

### **20. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

Julgue com base na Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social:

O acidente sofrido pelo segurado que esteja fora do local e do horário de trabalho não se caracteriza como acidente de trabalho quando esse segurado estiver em viagem de estudo financiada pela empresa.

#### **21. 2013 DPE-TO – Defensor Público**

No que concerne ao acidente do trabalho sob o RGPS, avalie a seguinte assertiva:

O prazo para a empresa comunicar o acidente do trabalho ao órgão da previdência social é de uma semana após o ocorrido; em caso de morte, tal prazo é de três dias.

#### **22. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

A respeito do auxílio-doença e do salário-maternidade, julgue:

Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, a empresa deverá pagar ao segurado empregado 50% do salário.

#### **23. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

Julgue com base na Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social:

O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por igual número de representantes dos trabalhadores em atividade e representantes do governo federal.

#### **24. 2013 DPE-TO – Defensor Público**

No que concerne ao acidente do trabalho sob o RGPS, avalie a seguinte assertiva:

Não se equipara a acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado fora do local e horário de trabalho, ainda que na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa.

#### **25. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

A respeito do auxílio-doença e do salário-maternidade, julgue:

A empresa deverá encaminhar o empregado à perícia médica da previdência social para exame nas situações em que a incapacidade do empregado ultrapassar dez dias.

#### **26. 2011 CESPE Correios – Auxiliar de Enfermagem (atualizada)**

No que se refere à política nacional de saúde e atenção à saúde no trabalho, julgue os próximos itens.

Conforme a legislação previdenciária, o empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não são contemplados com o auxílio-acidente.

#### **27. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue:

O benefício de prestação continuada pode ser transferido a dependentes de até vinte e um anos de idade, em caso de morte do beneficiário.

#### **28. 2015 CESPE TRF-5 – Juiz Federal**

Manterá a condição de segurado, pelo máximo de até doze meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.

### **29. 2015 CESPE TCU – Procurador do Ministério Público**

Acerca de segurados, dependentes, filiação e carência, julgue a seguinte assertiva:

O menor aprendiz é enquadrado na categoria de segurado facultativo.

### **30. 2015 CESPE TCU – Procurador do Ministério Público**

Acerca dos benefícios e serviços previdenciários em espécie, julgue a seguinte assertiva:

O auxílio-doença deve ser equivalente a uma renda mensal igual a 100% do salário de benefício.



## 2. LISTA DE EXERCÍCIOS

### 01. 2013 CESPE TRT-10 – Analista Judiciário

O princípio do caráter democrático da administração da seguridade social preconiza que sua gestão será quadripartite, com a participação da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

#### Resolução

A assertiva começou bem, fazendo referência à gestão quadripartite. Porém, nessa gestão, os componentes não são as Unidade Federadas. Você lembra de quem são os agentes da gestão da seguridade? Vejamos:

*CF/88, art. 194:*

*VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos **trabalhadores**, dos **empregadores**, dos **aposentados** e do **Governo** nos órgãos colegiados.*

O termo “quadripartite” refere-se a 4 partes:

- 1) trabalhadores
- 2) empregadores
- 3) aposentados
- 4) Governo.

**T** – Trabalhadores  
**E** – Empregadores  
**G** – Governo  
**A** – Aposentados

Eu gosto do mnemônico:

**T E G A**

**Gabarito: Errado**

### 02. 2010 CESPE TCE-BA – Procurador

O princípio constitucional que estabelece a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais representou um

avanço na proteção social do trabalhador rural, que, até a CF, era mais restrita quando comparada à do trabalhador urbano.

### **Resolução**

Exatamente! Antes da Constituição Federal de 1988, o trabalhador rural tinha acesso à benefícios menores do que os trabalhadores urbanos. Com a implementação desse princípio o Brasil passou a tratar de forma equivalente seus trabalhadores, independentemente de sua origem.

**Gabarito: Certo**

### **03. 2008 CESPE SEBRAE-BA – Analista Técnico - Auditoria**

Seguridade social é gênero que engloba Previdência Social, Assistência Social e Saúde.

### **Resolução**

Já comentamos isso antes... perceba que o CESPE volta e meia torna a cobrar as mesmas questões, ou pelo menos o mesmo tema, de forma um pouquinho diferente... Vamos rever nosso esquema:

**Seguridade Social é gênero do qual são espécies a Saúde, a Previdência e a Assistência Social.**

**Gabarito: Certo**

### **04. 2008 CESPE DPE-CE – Defensor Público**

Não há limite mínimo de idade para inscrição no RGPS, considerando-se a necessária proteção ao trabalhador, em especial a universalidade do atendimento.

### **Resolução**

Opa, opa! A questão tenta enganar você, fazendo uma justificativa razoável para um conceito incorreto. Tome cuidado na sua prova e tente ler com muita atenção os enunciados. No RGPS temos um limite mínimo de idade, de 16 anos para os segurados facultativos e de 14 anos para o menor aprendiz, como segurado empregado.

**Gabarito: Errado**

### **05. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1934 inovou a ordem constitucional brasileira no que se refere à fonte do custeio previdenciário, que passou a ser tríplice, provinda de contribuições do Estado, do trabalhador e do empregador.

#### **Resolução**

**A terceira constituição brasileira (1934), pela primeira vez se utilizou a expressão “previdência”, ainda sem qualificá-la como “social”. Quanto ao custeio dos amparos sociais, se previu o compartilhamento contributivo obrigatório tripartite entre o empregado, empregador e administração pública.**

**Gabarito: Certo**

### **06. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo**

Com relação à evolução histórica e à organização institucional da previdência social, julgue o item a seguir.

Embora a Lei Eloy Chaves, de 1923, seja considerada, na doutrina majoritária, o marco da previdência social no Brasil, apenas em 1960, com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, houve a uniformização

do regramento de concessão dos benefícios pelos diversos institutos de aposentadoria e pensão então existentes.

## Resolução

Todas as iniciativas pretéritas em relação ao contexto de seguridade social são consideradas relevantes, todavia, no Brasil, considera-se o **MARCO INICIAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A INSTITUIÇÃO DA LEI ELOY CHAVES, DE 1923**, proposta pelo deputado paulista do Partido Republicano Progressista - PRP, Eloy de Miranda Chaves.

Assim, foi **aprovada em 1960 a LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807)**, que **padronizava o sistema, ampliando os benefícios**, elevando o teto de três para cinco salários mínimos e **disciplinando as normas de previdência social**.

Neste contexto a **LOPS inclui em seu bojo o objetivo de padronizar os procedimentos administrativos do sistema**, visando assim suprimir as distorções constatadas. Convém observar que a **LOPS apenas unificou o sistema normativo previdenciário, mas não unificou os Institutos (IAPs) existentes**.

**Gabarito: Certo**

## 07. 2014 CESPE TC-DF – Analista de Administração Pública

Com relação à origem, à evolução legislativa, aos princípios constitucionais e à organização da seguridade social no Brasil, julgue o próximo item.

A seguridade social rege-se pelo princípio constitucional da solidariedade, segundo o qual nenhum benefício poderá ser criado sem a correspondente fonte de custeio total.

## Resolução

De fato, a seguridade social brasileira rege-se pelo princípio da solidariedade, o qual é implícito, não constando textualmente na Constituição Federal de 1988. Porém o conceito deste princípio foi colocado de forma incorreta.

**Solidariedade** – cerne da existência da Seguridade Social. Esse princípio norteia o sentido da vida em sociedade (coletividade) e permite a manutenção da dignidade humana. Pela solidariedade, os riscos são compartilhados por todos, de forma que a sociedade mantenha assistência mútua em prol do bem comum.

Além disso, é verdade que nenhum benefício poderá ser criado sem a correspondente fonte de custeio total, conforme vemos na CF/88, art. 195, §5º:

*§ 5º Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.*

Por fim, gostaria de pedir para você ficar atento nessas questões em que o examinador faz relações entre duas frases. As duas poderiam ser corretas, mas a relação entre elas é falsa.

**Gabarito: Errado**

## 08. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

As fontes formais do direito previdenciário incluem a CF e as Leis n.º 8.212/1991 e n.º 8.213/1991.

## Resolução

Antes de respondermos a assertiva, vamos revisar os conceitos:

**FONTES MATERIAIS:** são variáveis sociais, econômicas e políticas que, num determinado momento, ou durante a evolução histórica de uma sociedade, influenciam a criação de novas normas. Inclui-se aqui a **doutrina** e **jurisprudência**, pois não podem ser consideradas fontes formais.

**FONTES FORMAIS:** são as formas de exteriorização do direito, destacando-se os atos legais, como a Constituição, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Portarias, Instruções Normativas e Ordens de Serviço.

Assim, a CF e as Leis n.º 8.212/1991 e n.º 8.213/1991 tratam de temas previdenciários, sendo leis em sentido estrito, portanto são classificadas como fontes formais do Direito Previdenciário.

**Gabarito: Certo**

### 09. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.

O direito previdenciário é classificado como ramo do direito privado, tendo reconhecida, pela doutrina majoritária, sua autonomia didática em relação a outros ramos do direito.

### Resolução

O Direito, como disciplina, é composto por uma infinidade de normas que tornam sua compreensão bastante complexa. Assim, para facilitar o seu estudo, o Direito passou a ser organizado, criando-se subconjuntos de conhecimentos especializados.

Portanto, o ordenamento jurídico se organiza em dois grandes grupos: Direito Público e Direito Privado. Já o **Direito Previdenciário**, é

considerado **ramo autônomo do Direito Público**, pois o vínculo jurídico se dá obrigatoriamente com o Estado.

**Direito Previdenciário**, é considerado **ramo autônomo do Direito Público**.

**Gabarito: Errado**

## 10. 2011 CESPE PREVIC – Especialista em Previdência Complementar

Acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos à luz da Constituição Federal de 1988 (CF).

Segundo a CF, compete privativamente à União legislar sobre previdência social.

### Resolução

Aqui o examinador trocou o termo seguridade social por previdência social. Vejamos o que diz o texto constitucional:

Art. 22. Compete **privativamente** à União legislar sobre:

XXIII - seguridade social,

Parágrafo único. **Lei complementar** poderá autorizar os **Estados a legislar\_sobre questões específicas** das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 24. Compete à **União, aos Estados e ao Distrito Federal** legislar **concorrentemente** sobre:

XII - **Previdência Social**, Proteção e Defesa da Saúde,

Perceba que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal.

**Gabarito: Errado**

## 11. 2015 CESPE DPU – Defensor Público

Em relação aos segurados do RGPS e seus dependentes, julgue o item subsecutivo.

Aquele que, como contrapartida pelo desempenho das atividades de síndico do condomínio edilício onde resida, seja dispensado do pagamento da taxa condominial, sem receber qualquer outro tipo de remuneração, enquadra-se como segurado facultativo do RGPS.

### Resolução

A isenção da taxa condominial configura remuneração indireta, por isso, é segurado obrigatório do RGPS como contribuinte individual. Vejamos o Decreto nº 3.048/99:

*Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:*

*V - como contribuinte individual:*

*i) o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade, bem como o síndico ou administrador eleito para exercer atividade de direção condominial, desde que recebam remuneração;*

**Gabarito: Errado**

## 12. 2014 CESPE TC-DF – Auditor de Controle Externo

No que se refere ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens seguintes.

Não é considerado salário de contribuição o salário-maternidade.

### Resolução



O salário-maternidade é o único benefício do RGPS que integra o salário de contribuição. Segundo o Decreto nº 3.048/99:

*Art. 214. Entende-se por salário-de-contribuição:*

*§ 2º O salário-maternidade é considerado salário-de-contribuição.*

**Gabarito: Errado**

### 13. 2014 CESPE Câmara dos Deputados – Analista Legislativo

Julgue o próximo item, referente ao custeio da seguridade social.

A contribuição social destinada ao financiamento da seguridade social a cargo do empregador incide sobre a folha de salários e sobre os demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física que lhe preste serviço, ainda que sem vínculo empregatício.

### Resolução

Questão bem tranquila, pedindo conceitos constitucionais. Vejamos:

*Art. 195. A **seguridade social será financiada por toda a sociedade**, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes **contribuições sociais**:*

*I - do **empregador**, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:*

*a) a **folha de salários** e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;*

**Gabarito: Certo**

### 14. 2013 CESPE TCE-RO – Auditor de Controle Externo

Com relação à inscrição e à filiação no RGPS, julgue os itens seguintes.

A inscrição do segurado trabalhador avulso no RGPS ocorre pelo cadastramento e registro no sindicato ou órgão gestor de mão de obra.

### **Resolução**

Perfeito! A inscrição do segurado trabalhador avulso no RGPS ocorre pelo cadastramento e registro no sindicato ou órgão gestor de mão de obra, conforme o art. 18, § 1º do Decreto nº 3.048/99:

*Art. 18. **Considera-se inscrição de segurado** para os efeitos da previdência social o ato pelo qual o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social, mediante comprovação dos dados pessoais e de outros elementos necessários e úteis a sua caracterização, observado o disposto no art. 330 e seu parágrafo único, na seguinte forma:*

*I - **o empregado e trabalhador avulso** - pelo preenchimento dos documentos que os habilitem ao exercício da atividade, formalizado pelo contrato de trabalho, no caso de empregado, observado o disposto no § 2º do art. 20, e pelo cadastramento e registro no sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra, no caso de trabalhador avulso;*

*§ 1º **A inscrição do segurado de que trata o inciso I será efetuada diretamente na empresa, sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra e a dos demais no Instituto Nacional do Seguro Social.***

**Gabarito: Certo**

### **15. 2013 CESPE DPE-DF – Defensor Público**

Acerca do RGPS, julgue os itens a seguir.

Aquele que exerça, concomitantemente, duas atividades remuneradas sujeitas ao RGPS é obrigatoriamente filiado ao referido regime em relação a cada uma delas.

## Resolução

Mais uma assertiva ótima para revisarmos a matéria!

*Decreto nº 3.048/99, art. 18:*

*§ 3º Todo aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social será obrigatoriamente inscrito em relação a cada uma delas.*

**Gabarito: Certo**

### 16. 2015 CESPE DPU – Defensor Público

A respeito dos benefícios e serviços do RGPS, julgue o próximo item.

Para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição, quando se tratar de aposentadoria por idade, serão reduzidos em cinco anos.

## Resolução

Cuidado, você pode errar ao ler de forma apressada o enunciado!

Como sabemos, os professores que se dediquem exclusivamente ao ensino infantil, fundamental e médio são beneficiados com o redutor de 5 anos na aposentadoria por tempo de contribuição. Porém, não há qualquer previsão legal para redução na aposentadoria por idade.

**Gabarito: Errado**

### 17. 2013 CESPE DPE-DF – Defensor Público

Acerca do RGPS, julgue o item a seguir.

É presumida a dependência econômica do filho com mais de dezoito anos e menos de vinte e um anos de idade em relação ao segurado da previdência social, não sendo necessária a comprovação dessa dependência para que ele se torne beneficiário do RGPS na condição de dependente do segurado.

### **Resolução**

Exatamente. Os filhos menores de 21 anos têm a dependência econômica presumida.

### **Gabarito: Certo**

## **18. 2014 CESPE PF – Assistente Social**

Acerca da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença previdenciário, julgue os itens subsecutivos.

Não é permitida concessão de aposentadoria por invalidez, em nenhuma hipótese, caso a doença tenha sido originada anteriormente à filiação na previdência social.

### **Resolução**

Nos casos de agravamento da doença previamente existente, pode ser concedida a aposentadoria por invalidez. Vejamos o texto legal:

*Lei nº 8.213/91:*

*Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.*

§ 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, **salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.**

**Gabarito: Errado**

### 19. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)

A respeito do auxílio-doença e do salário-maternidade, julgue:

O salário-maternidade deverá ser concedido, pelo período de noventa dias, ao segurado ou à segurada da previdência social que adotar uma criança com até um ano de idade.

#### Resolução

À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança (de 0 a 12 anos) é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

**Gabarito: Errado**

### 20. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)

Julgue com base na Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social:

O acidente sofrido pelo segurado que esteja fora do local e do horário de trabalho não se caracteriza como acidente de trabalho quando esse segurado estiver em viagem de estudo financiada pela empresa.

#### Resolução

Lei nº 8.213/91:

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado.

**Gabarito: Errado**

## 21. 2013 DPE-TO – Defensor Público

No que concerne ao acidente do trabalho sob o RGPS, avalie a seguinte assertiva:

O prazo para a empresa comunicar o acidente do trabalho ao órgão da previdência social é de uma semana após o ocorrido; em caso de morte, tal prazo é de três dias.

## Resolução

Decreto nº 3.048/99:

Art. 336. Para fins estatísticos e epidemiológicos, a empresa deverá comunicar à previdência social o acidente de que tratam os arts. 19, 20, 21 e 23 da Lei nº 8.213, de 1991, ocorrido com o segurado empregado, exceto o doméstico, e o trabalhador avulso, **até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato**, à autoridade competente, sob pena da multa aplicada e cobrada na forma do art. 286.

**Gabarito: Errado**

## 22. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)

A respeito do auxílio-doença e do salário-maternidade, julgue:

Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, a empresa deverá pagar ao segurado empregado 50% do salário.

### Resolução

Durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade por motivo de doença, cabe à empresa o pagamento ao segurado empregado do salário integral.

### Gabarito: Errado

## 23. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)

Julgue com base na Lei n.º 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social:

O Conselho Nacional de Previdência Social é composto por igual número de representantes dos trabalhadores em atividade e representantes do governo federal.

### Resolução

*Lei nº 8.213/91:*

*Art. 3º Fica instituída o Conselho Nacional de Previdência Social–CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:*

*I - seis representantes do Governo Federal.*

*II - nove representantes da sociedade civil, sendo;*

*a) três representantes dos aposentados e pensionistas;*

- b) *três representantes dos trabalhadores em atividade;*
- c) *três representantes dos empregadores.*

**Gabarito: Errado**

#### **24. 2013 DPE-TO – Defensor Público**

No que concerne ao acidente do trabalho sob o RGPS, avalie a seguinte assertiva:

Não se equipara a acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado fora do local e horário de trabalho, ainda que na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa.

#### **Resolução**

Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos da Lei nº 8.213/91 o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa

**Gabarito: Errado**

#### **25. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

A respeito do auxílio-doença e do salário-maternidade, julgue:

A empresa deverá encaminhar o empregado à perícia médica da previdência social para exame nas situações em que a incapacidade do empregado ultrapassar dez dias.

#### **Resolução**



Só se justifica o encaminhamento se a incapacidade durar mais de 15 dias, pois neste período que irá arcar com o custo é a própria empresa.

**Gabarito: Errado**

## **26. 2011 CESPE Correios – Auxiliar de Enfermagem (atualizada)**

No que se refere à política nacional de saúde e atenção à saúde no trabalho, julgue os próximos itens.

Conforme a legislação previdenciária, o empregado doméstico, o contribuinte individual e o facultativo não são contemplados com o auxílio-acidente.

### **Resolução**

Atualmente a assertiva está incorreta, pois a LC nº 150/15 incluiu o empregado doméstico no rol das categorias de segurados que possuem acesso ao benefício de auxílio-acidente.

**Gabarito: Errado**

## **27. 2016 CESPE TRT-8 – Analista Judiciário (adaptada)**

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue:

O benefício de prestação continuada pode ser transferido a dependentes de até vinte e um anos de idade, em caso de morte do beneficiário.

### **Resolução**

Errado. O benefício de prestação continuada não gera pensão aos dependentes. Portanto, com a morte do beneficiário o benefício é extinto.

**Gabarito: Errado**

## 28. 2015 CESPE TRF-5 – Juiz Federal

Manterá a condição de segurado, pelo máximo de até doze meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.

### Resolução

Após o livramento do segurado retido ou recluso, este possui 12 meses de período de graça, conforme previsão do art. 15 da Lei nº 8.213/91.

*Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:*

*IV - até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso;*

**Gabarito: Certo**

## 29. 2015 CESPE TCU – Procurador do Ministério Público

Acerca de segurados, dependentes, filiação e carência, julgue a seguinte assertiva:

O menor aprendiz é enquadrado na categoria de segurado facultativo.

### Resolução

Errado. O menor aprendiz é enquadrado como segurado obrigatório da categoria empregado.

**Gabarito: Errado**

## 30. 2015 CESPE TCU – Procurador do Ministério Público

Acerca dos benefícios e serviços previdenciários em espécie, julgue a seguinte assertiva:

O auxílio-doença deve ser equivalente a uma renda mensal igual a 100% do salário de benefício.

### **Resolução**

Errado. O auxílio doença possui como renda inicial de benefício o valor de 91% do salário-de-benefício.

*Lei nº 8.213/91:*

*Art. 61. O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III, especialmente no art. 33 desta Lei.*

**Gabarito: Errado**

### 3. GABARITO



1	E	16	E
2	C	17	C
3	C	18	E
4	E	19	E
5	C	20	E
6	C	21	E
7	E	22	E
8	C	23	E
9	E	24	E
10	E	25	E
11	E	26	E
12	E	27	E
13	C	28	C
14	C	29	E
15	C	30	E